

ATA Nº 01/2025

REUNIÃO ORDINÁRIA DA INSTÂNCIA MINEIRA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO RIO DOCE – IMPS/DOCE

Aos 28 dias do mês de novembro do ano de 2025, às 15 horas, reuniu-se, nas dependências do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG, Sala Minas Gerais, Torre II, situado no endereço Avenida Álvares Cabral, nº 1.740, 3º andar, bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte/MG, a Instância Mineira de Participação Social do Rio Doce – IMPS/Doce, instituída pela Portaria Conjunta nº 1, de 22 de outubro de 2025, como instância de natureza informativa e consultiva destinada a promover espaços e mecanismos de participação e controle social no acompanhamento das obrigações e ações previstas no Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, homologado pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Processo nº 0156420-07.2024.1.00.0000.

A sessão foi aberta por Ana Cláudia Machado Botelho Lutfy, que, após cumprimentar os presentes, informou o objetivo da reunião

Para fins de registro, **consignou-se a presença dos(as) representantes das comunidades atingidas, nos termos do art. 5º, inciso I, da Portaria Conjunta**, sendo: representantes de Mariana, Anderson Jesus de Paula (titular) e Mirella Regina Lino Sant’Ana (suplente); representantes de Barra Longa, Simone Silva (titular) e Adriana Aparecida Freitas (suplente); representantes de Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Chopotó, Marcos Antônio Martins (titular) e José Márcio Lazarini (suplente); representantes de Rio Casca e adjacências, Simone de Fátima Nunes (titular) e Silvio Martins Soares (suplente); representantes do Parque Estadual do Rio Doce, Maria Aparecida da Silva Calazans (titular) e Sandra Maria Vasconcelos (suplente); representante do Vale do Aço, Maria Madalena (suplente); representantes de Governador Valadares, Ilha Brava e Baguari, Ageu José Pinto (titular) e José Alves da Silva (suplente); representantes de Tumiritinga e Galiléia, Marilúcia Gonçalves (titular) e Marlene Ferreira Martins (suplente); representantes de Conselheiro Pena, Maria Célia Albino de Andrade (titular) e Sônia Batista Cardoso (suplente); representante de Resplendor e Itueta, Renato Correia de Oliveira (suplente); e representantes de Aimorés, Emmerson Madeira Cruz (titular) e Benilde Madeira (suplente).

Em seguida, registrou-se que estiveram presentes os integrantes do Poder Público, segundo o art. 5º, inciso III, sendo: representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Matheus Eduardo Braga Lopes Bragança Silva (titular), Ana Cláudia Machado Botelho Lutfy (titular) e Thais Cristina Lopes de Araújo Vilas Boas (suplente); representantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, Renato Teixeira Brandão (titular) e Natalia Silva de Souza (suplente); representantes Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG, Dr. Leonardo Castro Maia (titular) e Dra. Shirley Machado de Oliveira (suplente); e representante da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG, Dr. Bráulio Santos Rabelo do Araújo (suplente).

Também constou a participação do Procurador Geral de Justiça Dr. Paulo de Tarso Morais Filho e, como integrante do Ministério Público Federal, Dra. Gabriela Cristina Ramalho.

Houve, ainda, o comparecimento das Assessorias Técnicas Independentes: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) Barra Longa e Médio Rio Doce, Cáritas Diocesana de Governador Valadares; Cáritas Diocesana de Itabira; Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais; Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) e Centro Rosa Fortini, **bem como demais participantes, conforme lista de presença, que compõe o Anexo II desta ata.**

Procedeu-se à leitura e apreciação da ordem do dia, composta pelas seguintes pautas:

- 1. Fala dos membros titulares;**
- 2. Apresentação da IMPS e abertura para perguntas;**
- 3. Apresentação da Execução do Acordo pelo Estado de Minas Gerais e abertura para perguntas;**
- 4. Calendário de atividades;**
- 5. Abertura para perguntas sobre o Acordo em geral;**
- 6. Encaminhamentos e pautas para a próxima reunião.**

Após a explanação da pauta, deram-se início às manifestações dos membros da Instância, garantindo-se o exercício do direito de fala previsto no art. 2º, inciso V, da Portaria Conjunta.

Dentre os assuntos abordados, houve questionamento sobre o motivo pelo qual as vagas na IMPS destinadas a povos e comunidades tradicionais não foram preenchidas, conforme deveria ter ocorrido segundo previsão expressa no inciso II do artigo 5º da portaria conjunta nº 1, de 22/10/2025. Na mesma linha, membros quilombolas questionaram se, na posição de representantes de seus respectivos Territórios, poderiam abordar questões das suas comunidades, e destacaram receio de represálias por tal ato.

Sobre esse assunto, a representante do MPF, Dr^a. Gabriela Cristina Ramalho, contextualizou que essas vagas ainda estão em aberto face não ter tido eleição dos representantes dos IPCTs durante o Encontro de Bacia ocorrido em agosto de 2024. Assim, assegurou que é de interesse do Poder Público realizar novo momento democrático o mais breve o possível para essa eleição, levando em consideração o direito à consulta prévia, livre e informada que cada comunidade tradicional atingida possui para a concretização desse evento. Na sequência, destacou que os IPCTs são parte dos respectivos territórios, de modo que demandas das comunidades tradicionais também podem ser levadas pelos membros representantes de Territórios. Salientou, ainda, que a representação dos Territórios não pode ser marcada por qualquer tipo de discriminação aos atingidos nele residentes.

Durante a apresentação das(os) representantes, houve vários pontos de preocupação. Em resumo, dentre eles está o acesso aos programas de transferência de renda e auxílio financeiro emergencial às pessoas que exercem a atividade pesqueira. Também foi citado o estabelecimento do pedágio na BR-356, havendo sugestão de emissão de carteirinha de pessoa atingida para isenção do valor que será pago pelo público amplo.

Foi salientada a necessidade de se trabalhar o Anexo 01 no âmbito da instância e tiveram questionamentos sobre a forma como o Estado atuará no âmbito da mitigação dos efeitos das enchentes. Outra preocupação apresentada foi sobre a destinação dos produtos produzidos face a desconfiança que as pessoas atingidas enfrentam ao tentar vender seus produtos.

No que tange a algumas manifestações feitas pelas pessoas atingidas, Thais Vilas Boas, representante suplente da Seplag, respondeu aos questionamentos, ressaltando a importância da transparência e da construção de um caminho de confiança mútua. Quanto ao tema das enchentes, informou que estava previsto na apresentação do dia o anexo 18, “Resposta a Enchentes e Recuperação Ambiental e Reprodutiva das Margens do Rio Doce”. Mencionou, também, que em relação ao abordado sobre a desconfiança dos produtos para venda, existem projetos previstos voltados a essa questão. Ressaltou que o acordo já descreve o que deve ser feito, mas que há margem para definir como se dará a atuação estadual. Na sequência, afirmou que existem recursos destinados à temática das enchentes e que, no anexo de saneamento, um dos temas tratados é a macrodrenagem.

Em razão da extensão das exposições de apresentação e, após discussão interna seguida da concordância dos presentes, deliberou-se pela reorganização da ordem das pautas, de modo a adequá-las ao tempo disponível, consignando-se que os itens remanescentes poderão ser retomados em reunião extraordinária.

Na sequência, procedeu-se à apresentação e discussão do calendário de atividades da IMPS/Doce para o ano de 2026. As pessoas atingidas e suas Assessorias Técnicas solicitaram a alternância entre os meses de realização das reuniões das instâncias de participação estadual e federal, ressaltando-se que há previsão de reuniões do Conselho Federal nos meses de janeiro e março.

Ainda, foi sugerida a realização de uma reunião ordinária presencial no mês de fevereiro, bem como de um encontro extraordinário virtual destinado à apresentação dos conteúdos que permaneceram pendentes. Após amplo debate, deliberou-se pela realização da reunião extraordinária online no dia doze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas.

Ademais, solicitou-se que os membros sugiram pontos de pauta a serem tratados na próxima reunião ordinária.

Os encaminhamentos desta reunião foram sistematizados em anexo.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezoito horas e dezessete minutos. Lavrou-se a presente ata, que será encaminhada aos participantes para ciência e posterior aprovação. A lista de presença passa a integrar esta ata para todos os fins, servindo como registro e confirmação da participação dos presentes.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2025.

Presidente/Coordenador(a) da Reunião
Secretaria-Executiva – SEPLAG

Lista de Presença – Anexa e Integrante da Ata

Anexo I: Encaminhamentos da Reunião

Encaminhamento	Prazo	Responsável
Realização de reunião online em dezembro, cuja pauta inclui a apresentação da IMPS e a apresentação da execução do Acordo pelo Estado de Minas Gerais, conteúdos que não puderam ser expostos na última reunião;	12/12, às 9h.	SEPLAG enviará os convites.
Realização de reunião ordinária presencial em fevereiro, adequando os calendários da IMPS à Instância de Participação Federal.	Fevereiro de 2025	SEPLAG enviará os convites.

Anexo II: Lista de presença

